

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008: FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS OU PARTIDOS NACIONAIS

Maria Teresa Miceli KERBAUY¹

■ **RESUMO:** Apesar da variação observada na votação partidária (entre um município e outro, e mesmo entre regiões) e independentemente de variáveis específicas (como características demográficas, socioeconômicas ou a existência de mandonismo ou de políticas públicas que afetem particularmente uma região), as eleições municipais de 2008 apontam para a vigência de partidos políticos estruturados nacionalmente, os quais devem transformar suas vitórias eleitorais em negociações políticas na disputa presidencial de 2010.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Eleições municipais. Partidos políticos. Sistema partidário. Sistema eleitoral.

Embora a Constituição de 1988 tenha resgatado o papel dos municípios no cenário político brasileiro, foram as eleições municipais de 2008 que colocaram definitivamente a competição eleitoral local no cenário partidário nacional.

Em que pese a discussão sobre o papel que as eleições municipais desempenham no cenário político nacional – quer seja na sustentação de governos estaduais e federais, quer seja influenciando nas eleições para governadores e presidente da República, quer apenas servindo exclusivamente para a discussão de interesses locais –, o fato é que, nestas eleições municipais de 2008, partidos, candidatos, lideranças políticas e eleitores foram mobilizados de forma a dar caráter nacional à competição.

Apesar de alguns autores que trabalham com as variáveis “sistema eleitoral” e “sistema partidário” destacarem a importância das organizações partidárias locais para as eleições

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. Araraquara – SP -Brasil.14800-901 – kerbauy@travernet.com.br.

municipais (AMES, 1994) e para o legislativo federal (PEREIRA; RENNÓ, 2001), o papel dos partidos e as características dos sistemas partidários locais têm sido pouco enfatizados.

A alta fragmentação partidária decorrente das regras eleitorais, a natureza federativa do sistema político e a influência do governador e de seu partido na organização partidária local apontam para o desprestígio da função coordenadora exercida pelos partidos, elevando o grau de personalismo político e fazendo ressaltar a atuação do prefeito como o maior detentor do poder local, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária, independentemente do tamanho do município.

Encerradas as eleições nos 5.563 municípios brasileiros, os resultados eleitorais agregados indicaram os partidos – para além das lideranças políticas e das transferências de votos – como a variável mais importante no jogo político eleitoral, como se pode observar pela Tabela 1. Os nove maiores partidos conquistaram 5059 prefeituras (91%) do país.

Tabela 1 – Resultados alcançados pelos nove maiores partidos nacionais, nas eleições de 2008, no número de eleitores e orçamento municipal

PARTIDOS	Nº DE MUNICÍPIOS	ELEITORES	ORÇAMENTO
PMDB	1.200	28.885.311	R\$ 25.493 bi
PSDB	790	17.551.132	R\$ 12.397 bi
PT	561	19.969.188	R\$ 17.995 bi
PP	554	8.007.735	R\$ 3.171 bi
DEM(*)	493	15.923.803	R\$ 28.049bi
PTB	413	7.763.461	R\$ 4.912 bi
PR(**)	384	5.931.782	R\$ 350 mil
PDT	351	8.076.115	R\$ 4.930bi
PSB	313	7.582.892	R\$ 5.683 bi

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

(*) antigo PFL

(**) antigo PL

A tabela pode ser analisada a partir de vários ângulos. Por exemplo, dado que, no que se refere ao tamanho dos municípios brasileiros, há um número grande de pequenos municípios, com até 100.000 habitantes (5.298 municípios), nem sempre o maior número de prefeituras conquistadas por um pequeno ou grande partido corresponde a um elevado número de eleitores ou a um significativo orçamento municipal. É o caso, por exemplo, do

PP e do PR para os quais o número expressivo de prefeituras conquistadas não resultou, conseqüentemente, em um grande montante orçamentário nem em um número significativo de eleitores. Na verdade, o grande embate eleitoral se deu nas 26 capitais e nos 53 municípios com mais de 200.000 habitantes, que fazem a diferença tanto em número de eleitores quanto no valor do orçamento. Neste caso, a vitória do DEM, em São Paulo, teve significado especial, pelo tamanho do eleitorado e pelo orçamento conquistados.

A análise mostra, ainda, que o PMDB foi o partido que conquistou o maior número de prefeituras (1.200) e a maior quantidade de eleitores (28,8 milhões). Venceu em seis capitais, duas já no primeiro turno (Goiânia e Campo Grande), no que empatou com o PT. Mas as vitórias alcançadas no segundo turno, em cidades como o Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis, colocaram a legenda em situação estrategicamente privilegiada, fazendo valer sua capilaridade e o fato de ser uma poderosa federação de líderes regionais.

O PT alcançou seis vitórias logo no primeiro turno (Fortaleza, Palmas, Porto Velho, Recife, Rio Branco e Vitória), mas perdeu em todas as capitais onde concorreu no segundo turno.

O desempenho dos partidos que compõem a base partidária do governo mostra a conquista de 18 prefeituras de capitais: Manaus (PTB), Macapá (PDT), Salvador (PMDB), Belém (PTB), Rio de Janeiro (PMDB), Florianópolis (PMDB), Rio Branco (PT), Maceió (PP), Fortaleza (PT), Recife (PT), Porto Velho (PT), Boa Vista (PSB), Aracaju (PCdoB), João Pessoa (PSB), Palmas (PT), Goiânia (PMDB), Campo Grande (PMDB) e Vitória (PT). A oposição venceu em apenas sete capitais, as quais incluem, no entanto, alguns dos maiores colégios eleitorais do país: São Paulo (DEM), Porto Alegre (PMDB), Curitiba (PSDB), Cuiabá (PSDB), São Luís (PSDB), Teresina (PSDB) e Natal (PV)².

O argumento que defendemos é que, apesar da variação observada na votação partidária (entre um município e outro, e mesmo entre regiões) e independentemente de variáveis específicas (como características demográficas, socioeconômicas ou a existência de mandonismos ou de políticas públicas que

² Apesar de o PMDB ser aliado do então governo de Porto Alegre, a reeleição de José Fogaça representa uma vitória da oposição ao governo federal. O mesmo fato pode ser observado com a eleição de Mícarla Souza, do PV, em Natal, vitória que desagradou o governo federal. A vitória de Márcio Lacerda do PSB em Belo Horizonte é politicamente neutra, pois o candidato foi apoiado pelo governador Aécio Neves (PSDB) e pelo prefeito Fernando Pimentel (PT).

afetem particularmente uma região), as eleições municipais de 2008 apontam para a existência de partidos políticos estruturados nacionalmente, os quais devem transformar suas vitórias eleitorais em negociações políticas na disputa presidencial de 2010.

Regiões e municípios fazem diferença nas eleições municipais

O Brasil tem hoje 5.563 municípios, dos quais 1.363 foram criados a partir de 1989 graças a regras flexíveis estabelecidas pelo § 4º do artigo 18 da Constituição de 1988. Essas regras foram definidas para preservar “a continuidade e unidade histórico-cultural do ambiente urbano, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual e mediante consulta prévia às populações diretamente envolvidas”³. Os resultados mais visíveis do aumento do número de municípios na última década podem ser encontrados no fato de 90% deles terem menos de 50.000 habitantes e de 80% de suas despesas serem cobertas por transferências institucionais.

Em 1996, a Emenda Constitucional 15 suspendeu a prerrogativa dos Estados de apenas eles poderem criar municípios. As cidades criadas entre 1996 e 2007 dependem, agora, de aprovação para deixarem de ser “virtuais”. Em novembro de 2008, venceu o prazo dado para que o Supremo Tribunal Federal (STF) regulamentasse esta emenda.

Em 24 assembléias legislativas, tramitam propostas para a criação de 806 municípios. Se todas forem aprovadas, o Brasil passará a contar com 6.368 prefeitos e com um número adicional de 7,2 mil novos vereadores.

Diante desse impasse, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, devolvendo aos Estados a competência para criar municípios.

A proposta estabelece um número mínimo de habitantes para cada novo município: 5.000 nas regiões Norte e Centro-Oeste, 7.000 no Nordeste e 10.000 no Sul e Sudeste.

Além da diversidade dos municípios decorrente da diferenciação do tamanho de sua população, como se pode observar pela Tabela 2, a análise dos desempenhos eleitoral e

³ Cf. BRASIL, 2003.

partidário dos municípios deve levar em conta as diferenças socioeconômicas e culturais apontadas por Soares e Terron (2008) e Nicolau e Peixoto (2007).

Tabela 2 – Distribuição percentual do número de municípios, por faixa de população, em 2008

FAIXA DE POPULAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	% DO TOTAL DE MUNICÍPIOS	% DO TOTAL DA POPULAÇÃO
Até 5.000	1.361	24,5	2,5
De 5.001 a 10.000	1.310	23,5	5,1
De 10.001 a 20.000	1.298	23,3	10,1
De 20.001 a 50.000	1.026	18,4	16,8
De 50.001 a 100.000	313	5,6	12,0
De 100.001 a 500.000	220	4,0	24,8
Mais de 500.000	35	0,6	28,7
Total	5.563	100,0	100,0

Fonte: Nicolau e Peixoto (2007).

A análise da distribuição dos municípios por região e tamanho do eleitorado (Tabela 3) aponta para diferenças expressivas entre uma região e outra. A região Sudeste reúne o maior eleitorado do país e, apesar de o número de municípios da região ser ligeiramente inferior ao do Nordeste, possui o maior número de municípios com mais de 200.000 habitantes num total de 53; requisito esse que, de acordo com a legislação eleitoral vigente, garante a esses municípios a possibilidade de decidirem a eleição em um segundo turno.

Tabela 3 – Distribuição regional do número de municípios e de eleitores, em 2008

REGIÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	Nº DE ELEITORES	% DE ELEITORES
N	449	9.454.535	7,28
NE	1793	36.371.382	28,01
CO	466	7.485.049	5,76
SE	1668	56.915.973	43,84
S	1188	19.579.653	15,08

Fonte: IBGE e TSE.

Outra variável importante, mas poucas vezes considerada nas análises dos resultados das eleições municipais, é o número de representantes eleitos para as Câmaras Municipais. Em 2008, foram eleitos 51.995 vereadores. Vale ressaltar que os critérios numéricos para eleição desta representação obedeceram às

determinações do Tribunal Superior Eleitoral de 2004, que considerou como imperativo o princípio da proporcionalidade e adotou a fórmula de um vereador para cada grupo de 47.619 habitantes, abolindo 8.528 vagas ao regulamentar as eleições municipais daquele ano.

Em maio de 2008, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno, por ampla maioria, a PEC nº 333/2004, que fixa o número mínimo de 9 cadeiras para municípios com até 15.000 habitantes e o número máximo de 55 cadeiras para município com mais de 8 milhões de habitantes, o que fará crescer até mais 9.000 o número total de vereadores em todo o país, se for aplicado o teto máximo estabelecido na relação número de cadeiras/números de habitantes. O número total de vereadores passaria a ser de 59.611, representando um aumento de 7.616 cadeiras em relação ao total de representantes em 2008.

A justificativa dada para a apresentação da PEC nº 333/2004 foi corrigir a determinação fixada pela Constituição de 1988, que deu à Lei Orgânica de cada Município a prerrogativa de definir o número de vereadores, proporcional à sua população, dentro de três faixas-limite (mínimas e máximas), propiciando às Câmaras Municipais fixarem o número máximo de vereadores sem levar em conta o princípio da proporcionalidade da população.

A PEC nº 333/2004 agora está tramitando pelo Senado, que aprovou o aumento do número de vereadores, mas retirou da proposta a sugestão de reduzir o limite de repasses das prefeituras para as Câmaras Municipais de 5% a 8% da receita do município para 2% a 4,75%, variação determinada pela receita e não pela população.

Para além de toda a polêmica criada em torno desta iniciativa – cujo argumento passa pela imagem que o eleitorado, a mídia e, muitas vezes, os trabalhos acadêmicos têm de que o legislativo municipal é um mero balcão de negócios, no qual os partidos são desvalorizados e seus representantes adotam um comportamento individualista em troca da distribuição de benefícios –, as perguntas que ficam são: qual o papel do partido político nas eleições municipais? Faz sentido falar de partidos locais? Seriam eles mera reprodução do que ocorre em âmbito federal, tendo, assim importância fundamental na consolidação nacional do partido? Como os partidos organizam seus diretórios municipais?

Outras perguntas devem ser formuladas: a força eleitoral dos partidos é uma variável significativa, especialmente nas eleições municipais? Constitui um recurso estratégico para o jogo político? Para que se entenda o comportamento eleitoral, a forma como estão organizados os partidos nos municípios e a forma como se estruturam para as eleições locais são fatores importantes?

Ou então, como quer o conjunto da literatura sobre o tema: as eleições municipais movem-se por temas de interesse local, não levando em conta os partidos políticos. O eleitorado se move por critérios que lhe são próprios e cujo efeito não se faz sentir nas eleições seguintes.

Os partidos na arena eleitoral

Existem vários argumentos, disponíveis na literatura, sobre o papel dos partidos na arena eleitoral e, especialmente, sobre o comportamento eleitoral nas eleições municipais.

1. A alta fragmentação do nosso sistema partidário (AMES, 2003; MAINWARING, 2001; LIMA JUNIOR, 1983) e o elevado índice de indisciplina partidária contribuiriam para o enfraquecimento dos partidos e a elevação do grau de personalismo político. A vitória dos candidatos dar-se-ia muito mais em função da força ou fraqueza dos candidatos do que da influência dos partidos. Os municípios seriam o lócus onde se poderia ter os exemplos mais extremados dessa situação, ao exagerarem a orientação individualista e fisiológica desempenhada pelos prefeitos e vereadores, em detrimento da força dos partidos políticos na arena eleitoral.

2. O partido do governador do Estado desempenha papel relevante nos alinhamentos feitos visando à disputa eleitoral municipal (ABRUCIO, 1998), na qual os grupos se dividem em oposição e situação em relação ao governo local. Os partidos que governam estão mais presentes nas cidades, lançam mais candidatos e obtêm mais prefeituras. Ainda segundo Abrucio, o aumento do poderio dos Estados e de seus governadores está relacionado a algumas características do sistema político:

A primeira delas foi a vigência de um sistema ultrapresidencial nos estados – que em grande medida ainda vigora –, que

fortaleceu sobremaneira os governadores no processo decisório e praticamente eliminou o controle institucional e social sobre o seu poder. A segunda diz respeito aos padrões hegemônicos da carreira política brasileira, cuja reprodução dá-se pela lealdade às bases locais e pela obtenção de cargos executivos no plano subnacional ou então daqueles no nível nacional que possam trazer recursos aos “distritos” dos políticos. Em ambos os casos, o executivo estadual é peça fundamental, seja no monitoramento das bases para os deputados, seja para ajudá-los na conquista de fatias estratégicas da administração pública federal (ABRUCIO, 2005, p.47).

3. O êxito eleitoral dos partidos nas eleições municipais está relacionado à quantidade de cidades onde os partidos lançaram candidatos e à quantidade de seus filiados (BRAGA; BORGES, 2008). Os resultados da pesquisa desenvolvida pelos autores mostraram que: “Caso os partidos fossem simplesmente frágeis e pouco relevantes, poderíamos supor que o êxito eleitoral de todos os partidos se manifestaria de maneira independente da organização partidária”. A análise ressalta que as variáveis “organização” e “êxito partidário” relacionam-se de maneira distinta, dependendo da forma como cada partido se relaciona com os ambientes externos onde atua.

4. A influência do contexto geográfico, da área de influência, dos efeitos regionais, do grau de desenvolvimento social (medido por meio de indicadores sociais, o mais recente sendo o Programa Bolsa Família) no comportamento eleitoral (SOARES; TERRON, 2008; NICOLAU; PEIXOTO, 2007). Utilizando a análise geoespacial e a econometria espacial Soares e Terron consideram que diversos fatores interagem de maneira complexa nos resultados eleitorais, realçando a tendência dos efeitos regionais de um pleito para outro, o que confirma os pressupostos do contextualismo geográfico (SOARES; TERRON, 2008).

Todos os argumentos apresentados mostram a complexidade da análise agregada do comportamento eleitoral, num país marcado por diferenças entre as regiões (qualquer que seja o critério utilizado para definir estas diferenças), consolidando federações partidárias. Essas considerações encontram apoio nas análises de Panebianco (1990), para quem as nações federativas tendem a reproduzir organizações partidárias descentralizadas,

resultando em mobilizações eleitorais em torno de questões locais.

Os partidos políticos nas eleições de 2008

As eleições de 2008 contaram com 27 partidos concorrentes; desses, quatro (PCB, PCO, PSOL e PSTU) não conseguiram eleger nenhum candidato, embora o PCB tenha apresentado 40 candidatos, o PCO nove, o PSOL 280 e o PSTU 34.

Nove partidos elegeram o maior número de representantes, conforme mostra os dados comparativos da Tabela 4, totalizando 5.059 cargos distribuídos por 90,9% dos municípios brasileiros.

Tabela 4 – Prefeitos eleitos por partido em 2004 e 2008

PARTIDOS	2004	%	2008	%	Varição de 2004 a 2008
PMDB	1212	21,8	1200	21,6	-0,92
PSDB	889	16,0	790	14,2	-11,25
PT	391	7,0	561	10,1	44,3
PP	529	9,5	554	10,0	5,3
DEM	670	12,0	493	8,9	-25,8
PTB	377	6,8	413	7,4	8,8
PR	444	8,0	384	6,9	-13,7
PDT	311	5,6	351	6,3	12,5
PSB	214	3,8	313	5,6	47,4
Sub-Total	5037	90,5	5059	90,9	0,4
Outros	526	9,5	504	9,1	-4,2
Total	5563	100	5563	100	0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Apesar de o PMDB ter sido o partido com o maior número de prefeitos eleitos, foi o PT quem mais cresceu nesta eleição, ao conquistar 170 novas prefeituras, ao lado do PSB que aumentou em 99 o número de representantes eleitos para o Executivo municipal. O DEM foi o partido que sofreu a maior derrota, ao perder 177 prefeituras anteriormente conquistadas.

Os dados da Tabela 4 mostram também que PMDB, PSDB e PT – as três maiores forças partidárias do país – conquistaram 2.551 prefeituras, número maior do que a soma de prefeituras conquistadas pelos outros seis partidos mais expressivos (2.508 prefeituras). As diferenças regionais na votação recebida por esses partidos podem ser observadas na tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição regional do número de prefeituras conquistadas pelos nove maiores partidos nacionais, nas eleições de 2008

Partido	N	NE	CO	SE	S	T
PMDB	121	336	107	247	389	1200
PSDB	46	193	70	385	96	790
PT	65	135	41	190	130	561
PP	23	118	71	98	244	554
DEM	39	150	41	184	79	493
PTB	27	184	13	131	58	413
PR	59	129	68	105	29	384
PDT	20	125	14	87	105	351
PSB	16	208	9	55	25	313
Total de Eleitos	416	1578	434	1482	1149	5059
	(92%)	(88,0%)	(93%)	(88%)	(96,7%)	(90%)
Total de Municípios	449	1793	466	1667	1188	5563

Fonte: TSE

A Tabela 5 apresenta alguns dados interessantes. Apesar de, no cômputo geral, o PT ter sido o terceiro partido com o maior número de prefeitos eleitos em 2008, notam-se diferenças significativas entre uma região e outra. O PT é o terceiro partido que mais elegeu prefeitos no Sudeste e no Sul. No Norte, é o segundo; no Nordeste, o quinto, atrás do PTB e do DEM. No Centro-oeste, também é o quinto, empatado com o DEM e atrás do PP e do PR.

O PSDB é o quarto partido que mais elegeu prefeitos no Norte, o segundo no Nordeste, o primeiro no Sudeste, o terceiro no Centro-oeste e o quarto no Sul, atrás do PP, do PT e do PDT.

O PMDB é o partido que mais elegeu prefeitos em todas as regiões, exceto no sudeste.

É interessante observar, ainda, que os nove partidos elegeram 88,0% dos prefeitos nas regiões Nordeste e Sudeste (onde se concentram os maiores eleitorados do Brasil), 92% dos prefeitos no Norte, 93% no Centro-oeste e 96,7% no Sul, o que nos permite concluir que há diferenças organizacionais nos partidos entre uma região e outra, assim como características específicas no comportamento eleitoral das populações de cada região.

A análise dos dados sobre a votação obtida pelos vereadores de cada partido na eleição de 2008 (Tabela 6) mostra a importância dos partidos políticos nas eleições municipais.

Tabela 6 – Vereadores eleitos por partidos – 2004/2008

ELEITOS PARTIDOS	2004	%	2008	%	Varição de 2004 a 2008
PMDB	7399	14,3	8478	16,3	14
PSDB	6566	12,7	5893	11,3	-11
PT	3679	7,1	4165	8,0	12,7
PP	5457	10,5	5124	9,9	-20,5
DEM	6067	11,7	4810	9,3	-20,5
PTB	4176	8,1	3935	7,6	-6,2
PR	3806	7,3	3536	6,8	-6,8
PDT	3252	6,3	3524	6,8	7,9
PSB	1805	3,5	2951	5,7	62,9
Sub-Total	42207	81,5	42416	81,6	0,1
Outros	9612	18,5	9581	18,4	-0,5
TOTAL	51819	100	51997	100	0

Fonte: TSE

O PMDB, o partido que mais elege vereadores, aumentou o número de eleitos em 2,0%, nas eleições de 2008. O PT e o PSB aumentaram, também, suas representações nas Câmaras Municipais. Os outros seis partidos viram reduzir-se o número de seus representantes na Câmara de Vereadores. No entanto, esses nove partidos elegeram 81% dos candidatos à vereança e os outros 18%.

Embora esse índice seja menor do que o contabilizado na eleição para prefeito, pode-se inferir que os pequenos partidos têm maiores chances de eleger candidatos no pleito para o legislativo municipal. As coligações partidárias exerceriam papel importante neste processo, dando aos pequenos partidos as condições necessárias para competir eleitoralmente, a despeito de sua aparente fragilidade organizacional nos municípios.

As diferenças entre uma região e outras percebidas nos resultados da votação para vereadores podem ser observadas pela Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição partidária dos vereadores eleitos em 2008, por região

Partido	N	NE	CO	SE	S	T
PMDB	683	2227	737	2080	2751	8478
PSDB	325	1604	567	2323	1074	5893
PT	449	1075	294	1296	1051	4165
PP	274	1155	537	1139	2019	5124
DEM	362	1527	401	1676	844	4810
PTB	275	1399	239	1343	679	3935

Partido	N	NE	CO	SE	S	T
PR	352	1175	557	1167	285	3536
PDT	230	966	210	998	1120	3524
PSB	236	1571	149	713	282	2951
Total de eleitos	3186 (76,0%)	12699 (76,4%)	3691 (86,1%)	12735 (79,8%)	10105 (92,0%)	42.416 (81,5%)
Total de municípios	4189	16602	4283	15946	10977	51997

Fonte: TSE.

Os dados mostram diferenças entre a votação partidária para vereadores em relação à dos prefeitos. Mas confirmam o PMDB como o partido vencedor das eleições municipais de 2008, assim como o que mais elegeu vereadores em todo o país, exceto no sudeste.

O PSDB, apesar de algumas diferenças no Norte e no Sul, é o segundo partido que mais elegeu vereadores.

Aparentemente, o PMDB e o PSDB têm sólidas bases partidárias municipais que lhes permitem também conquistar votos expressivos para os cargos de vereadores. A capilaridade municipal pode garantir vantagem competitiva a esses partidos, nas disputas majoritárias. O que há de diferente nas eleições proporcionais locais é a forte competitividade entre o PT, o PP, o DEM, o PTB, o PR, o PDT e o PSB. Neste nível, é possível perceber com maior clareza as diferenças entre os partidos, de uma região para outra. O desempenho do PT oscila entre o segundo lugar no Norte, o terceiro no Sudeste e no Sul, o sexto no Nordeste e o quarto no Centro-oeste.

O desempenho dos outros seis partidos também apresenta fortes diferenças de uma região para outra cujas causas deveriam ser mais bem investigadas. Os dados consolidados da votação obtida pelos nove partidos na eleição para vereadores em 2008 (81,5%) sugerem que é maior a competição entre estes partidos, mas que também há um bom espaço para as pequenas legendas que, ao se coligarem com os grandes partidos, oferecem aos parceiros muitos votos, apoio logístico, apoio organizacional e alguns minutos a mais no horário eleitoral gratuito.

Neste sentido, as pequenas legendas, mantidas no sistema partidário brasileiro, garantiriam um suporte a mais para as grandes legendas e lhes permitiriam dar conta das diferenças regionais e locais e de suas dificuldades organizacionais.

O número de candidatos apresentados pelos nove partidos considerados nesta análise também abre espaço para algumas especulações a respeito da forma como se organizam localmente.

Tabela 8 – Quantidade de prefeitos apresentados por partido e quantidade eleita por partido em 2008

Partidos	Candidatos apresentados	%	Candidatos eleitos	%
PMDB	2649	17,5	1200	45,3
PSDB	1776	11,7	790	44,5
PT	1630	10,8	561	34,4
PP	1203	7,9	554	46,1
DEM	1234	8,1	493	40,0
PTB	1004	6,6	413	41,1
PR	911	6,0	384	42,2
PDT	979	6,5	351	35,9
PSB	881	5,8	313	35,5
Sub-Total	12267	81,0	5059	41,2
Outros	2876	19,0	504	17,5
Total	15143	100	5563	36,7

Fonte: TSE.

Os nove partidos considerados apresentaram 81% do total de candidatos a prefeito e 68,9% dos candidatos a vereadores⁴. O quociente entre o número de candidatos apresentados e o de prefeitos eleitos mostra que os partidos que obtiveram melhores resultados foram o PSDB, o PP, o PMDB, seguidos pelo PR, PTB e DEM. O PT é o partido que tem a menor proporção entre candidatos apresentados e eleitos.

Tabela 9 – Quantidade de vereadores apresentados por partido e quantidade eleita por partido em 2008

Partidos	Candidatos apresentados	%	Candidatos eleitos	%
PMDB	37297	11,3	8478	22,7
PSDB	29363	8,9	5893	20,1
PT	30491	9,2	4165	13,7
PP	24008	7,3	5124	21,3
DEM	24486	7,4	4810	19,6
PTB	22186	6,7	3935	17,7

⁴ Isto pode estar relacionado ao modo como se dá a distribuição do fundo partidário e às diferentes estratégias de distribuição dos recursos adotadas pelos partidos: alguns de modo mais descentralizado (PMDB e PSDB), outros concentrando mais recursos na esfera nacional (PT) (BRAGA; BOURDOUKAN, 2008).

Partidos	Candidatos apresentados	%	Candidatos eleitos	%
PR	19197	5,8	3536	18,4
PDT	21697	6,6	3524	16,2
PSB	19024	5,8	42416	18,6
Sub-Total	227749	68,9	42416	18,6
Outros	102821	31,1	9581	9,3
Total	330570	100	51997	15,7

Fonte: TSE.

Para o cargo de vereador, considerando a mesma proporção, o partido que mais elegeu vereadores foi o PMDB, seguido pelo PSDB, PP e DEM. O PT, apesar de ter apresentado o segundo maior número de candidatos, elegeu apenas 13,7%, o menor número em relação aos resultados alcançados pelos demais partidos considerados⁵.

Conclusões

Os dados apresentados, ao mostrar a importância dos partidos nas eleições municipais, apontam para a boa organização nacional que alguns deles aparentam ter alcançado, especialmente o PMDB, o PSDB e o PT.

Os outros seis partidos (PP, DEM, PTB, PR, PDT e PSB), apesar de terem alcançado votações expressivas no resultado geral, guardam especificidades regionais.

O alto número de partidos (27) que competiram na eleição de 2008 sugere a forte fragmentação do sistema partidário brasileiro. No entanto, os números expressivos de votos obtidos por partidos como o PMDB, o PSDB e o PT, nessas eleições, indicam a consolidação destes partidos em todo o território nacional. E a análise da série histórica das eleições municipais desde 1996 dá sustentação a essa afirmação.

Não há dúvida de que os outros seis partidos formam, sim, um sólido bloco competitivo; mas eles ainda parecem carregar características regionais e locais que interferem fortemente na arena eleitoral.

Quanto ao papel desempenhado pelos governadores nas eleições municipais, esse argumento só tem validade quando

⁵ Os partidos que mais apresentaram candidatos foram o PMDB, o PSDB e o PT, representando 49,3% das candidaturas para prefeito e 42,6% para vereador, no conjunto dos nove partidos analisados, o que sugere a melhor organização destes partidos na esfera local.

se analisam os resultados de cada Estado; mas ele perde força quando analisamos os dados agregados. Com sete governadores (dois no Norte, dois no Centro-oeste, dois no Sudeste e um no Sul), o PMDB é o partido que mais elegeu prefeitos e vereadores; mesmo no Nordeste, onde não tem nenhum governador. Com o maior número de governadores eleitos no Norte (um) e no Nordeste (quatro), o PT elegeu mais prefeitos no Sudeste e mais vereadores no Norte.

As análises sobre a relação entre organização partidária e êxito eleitoral encontram pistas consistentes nas eleições de 2008; mas a correlação entre candidatos apresentados e êxito eleitoral depende de análises mais aprofundadas.

O argumento de que as diferenças regionais e locais do comportamento eleitoral produzem organizações partidárias descentralizadas – o que dificultaria a consolidação de partidos nacionais no país – também merece um olhar mais crítico, pois esse raciocínio como que nos condena a ter apenas “federações partidárias”.

Uma agenda de pesquisa mais consistente sobre os partidos políticos no Brasil, com especial atenção ao papel que desempenham nas eleições municipais, sem dúvida faria melhorar o entendimento sobre o sistema partidário brasileiro.

KERBAUY, M. T. M. Municipal elections: parties federation or national parties. *Perspectivas*, São Paulo, v.35, p.15-33, Jan./June, 2009.

■ **ABSTRACT:** *The 2008 municipal election indicates the existence of political parties nationwide structured. This can be noticed in spite of the variation at the voting given among different municipal districts and even among regions. It can also be notice regardless specific variables, such as demographic and socioeconomic features, the presence of “mandonismos” or public police that affect a particular region. These parties may convert these victories into political negotiation for the 2010 presidential election.*

■ **KEYWORDS:** *Municipal elections. Political parties. Parties system. Election system*

Referências

ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa e a experiência do período F.H.C. e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.24, p.41-67, 2005.

_____. Os barões da federação. *Lua Nova*, São Paulo, n.33, p.165-184, 1998.

AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

_____. A organização partidária social as eleições presidenciais de 1989. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v.37, n.1, p.5-42, 1994

BRAGA, M. do S. S.; BORGES, T. D. P. Organização e poder nos partidos políticos brasileiros. In: ENCONTRO DA ABCP, 6., 2008, Campinas, *Anais...* Campinas: ABCP, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/abcpl>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

BRAGA, M. do S. S.; BOURDOUKAN, A. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2008. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 14.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003 (Atualizada pelo EC 40).

LIMA JUNIOR, O. B. de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAINWARING, S. P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV: Mercado Aberto, 2001.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: uma análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2007. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partidos: organizacion y poder en los partidos politicos*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

PEREIRA, C.; RENNO, L. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p.323-362, 2001.

SOARES, G. A. O.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, Campinas, v.14, n.2, p.269-301, 2008.

Bibliografia consultada

BRAGA, M. do S. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e conseqüências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Org.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.228-245.

CAETANO, B. Executivo e legislativo na esfera local. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.71, p.101-125, mar. 2005.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. *Eleições para câmaras municipais, migrações partidárias e formação de governos: a constituição dos sistemas partidários locais no Brasil*. 2005. Trabalho apresentado ao XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Gt Estudos Legislativos, Caxambu, 2005.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem?* Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DANTAS, H. Coligações nas eleições municipais de 2000 e 2004: a força do partido dos governadores. In: ENCONTRO DA ABCP, 6., 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: ABPC, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/abcpl>>. Acesso em: 21 jan. 2009.

DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Wiley, 1957.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

KERBAUY, M. T. M. Legislativo municipal, partidos e negociações políticas. In: ENCONTRO DA ABCP, 6., 2008, Campinas.

Anais... Campinas: ABPC, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/abcpl>>. Acesso em: 07 jan. 2009.

_____. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, v.11, n.2, p.337-365, out. 2005.

_____. Federalismo, descentralização e democracia. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.6, n.10, p.51-62, 2001.

_____. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: Laboratório Editorial FCLAR/Unesp, 2000.

LAVAREDA, J. A. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MACHADO, C. A. M.; MIGUEL, L. F. Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais. In: ENCONTRO DA ABCP, 6., 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: ABPC, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/abcpl>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

MELO, M. A. Instituições orçamentárias municipais e o processo legislativo em Recife – 1988-2000. In: LUBAMBO, C.; COELHO, D. B.; MELO, M. A. (Org.). *Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p.186-200.

MENEGUELLO, R. *Partidos e governo no Brasil contemporâneo: 1985-1997*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, J. M. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro: 1985-1994*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NOLL, M. I.; LEAL, C. A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores: São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre. In: ENCONTRO DA ABCP, 6., 2008. Campinas. *Anais...* Campinas: ABPC, 2008. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/abcpl>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

NUNES, E. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, D. Financiamento de campanha e eleições no Brasil. In: BENEVIDES, M. V.; VANNUCHI, P.; KERCHE, F. (Org.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.364-291.

SANTOS, A. M dos. Nas fronteiras do campo político: raposas e *outsiders* no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.33, p.87-101, 1997.

SANTOS, F. (Org.). *O poder legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, F. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil: 1959-1963. *Dados*, Rio de Janeiro, v.38, n.3, 1995. p.459-496.

SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

SOUZA, R. B. Clientelismo e voto na Califórnia fluminense. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, n.28., 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2004. 01 CD-ROM.

